

# Golbery: a Constituinte ESTADO DE SÃO PAULO ainda não é necessária.

Do correspondente em  
FLORIANÓPOLIS

O ex-chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, disse ontem, em Florianópolis, que a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil de formação de uma Assembléia Nacional Constituinte "não é a fórmula indispensável" para um novo reordenamento jurídico do País. Golbery concedeu uma rápida entrevista ao visitar a direção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, quando — a uma pergunta sobre a reforma da Constituição — respondeu: "Não há dúvida nenhuma de que a Constituição é um documento que deve durar um prazo razoavelmente longo, mas está sujeita a correções com a evolução do País e as condições da população e da economia". E destacou que essa reforma é tão necessária "que tem havido emendas sucessivas".

No entanto, sobre se a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte seria a solução, observou: "É uma idéia, pois há quem defenda a Constituição como uma fórmula essencial desses problemas. Segundo me parece, houve aqui em Florianópolis a reunião da OAB, onde o assunto foi amplamente debatido e pessoas de grande projeção jurídica foram dessa opinião". Mas, pessoalmente, manifestou-se contrário a essa proposta: "Não acredito que esta seja a fórmula indispensável".

Golbery do Couto e Silva reafirmou que estava em Florianópolis, onde pernôitou, "para dar um abraço no governador, que teve a gentileza de me convidar", desmentindo que a visita tivesse alguma conotação política. Ao lhe perguntarem se pretendia tentar uma aproximação entre Jorge Bornhausen e o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis — em atrito com o primo por

não concordar com a fórmula pela qual foram escolhidos os candidatos ao governo do Estado —, afirmou: "Seria uma coisa muito agradável para mim fazê-lo, porque me dou muito bem com os dois. Mas acho que os problemas já estão tão avançados, tão definidos, e me parece que a esta altura já seria excesso de otimismo pensar numa mudança do quadro político que aí está mais ou menos consolidado". Konder Reis, embora convidado, permaneceu no Rio de Janeiro, onde mora, alegando doença na família para sua ausência no jantar de ontem à noite, no Palácio da Agrônômica, onde Golbery conversou com a cúpula do PDS de Santa Catarina.

Ainda na entrevista à imprensa, o ex-chefe da Casa Civil disse que o PDS deve ganhar nas próximas eleições, observando estar dando uma resposta "realista". Citou o Estado do Rio de Janeiro como um dos mais difíceis para uma vitória do PDS. Quanto aos Estados onde o PDS ganharia mais facilmente observou: "Há tantos fáceis que não posso dizer qual é". No caso de Santa Catarina, considerou: "Não digo que seja tão fácil assim. Pelo menos as diferenças entre as perspectivas e prognósticos não são tão grandes assim. Mas acho que o PDS ganhará aqui, bastante bem, sem dificuldades de monta, embora sem uma grande margem".

Golbery interrompeu bruscamente a entrevista, dizendo ter "falado demais". Numa reunião a portas fechadas, foi saudado pelo presidente do Badesc, Elmar Rudolfo Heinech. Segundo Heinech, Golbery soube, "com sua cultura e lúcida inteligência, conduzir este país pelos caminhos da paz, do entendimento e da tranquilidade social, abrindo-lhe perspectivas amplas de democracia plena, de progresso e desenvolvimento".

## Tourinho perde no Supremo

O Supremo Tribunal Federal manteve ontem, por maioria de votos, a condenação imposta ao deputado Genival Tourinho (PMDB-MG), de seis meses de detenção, atenuada com a suspensão condicional da pena por dois anos, numa sessão secreta que durou duas horas e quarenta minutos. De acordo com a proclamação feita pelo presidente do Supremo, ministro Xavier de Albuquerque, a maioria dos ministros julgou procedente a acusação da Procuradoria-Geral da República, de que o deputado quis indispor o povo contra as autoridades militares, ao atribuir a responsabilidade dos atentados terroristas ocorridos em 1980 aos comandos do II e III Exército e à 4ª Divisão, em Minas Gerais.

O advogado de Genival Tourinho, José Paulo Sepúlveda Pertence, alegou perante os ministros do Supremo a ausência de dolo específico nas palavras do parlamentar pois a sua intenção fora a de alertar os generais Milton Tavares, Antônio Bandeira e Coelho Neto, que exerciam aqueles comandos, sobre a versão que lhe dera o ex-agente de segurança, Nelson Galvão Sarmento.

A pena imposta ao parlamentar mineiro é a mínima prevista no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, para quem "divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro, truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas".